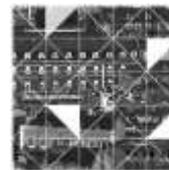

CIDADES, Comunidades e Territórios



Em busca da(s) centralidade(s) urbana(s): Planeamento e reabilitação urbana em Castelo Branco.

Alexandra Paisana Belo¹, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Resumo

A cidade de Castelo Branco ergueu-se num território amuralhado, ao qual correspondia inicialmente o centro cívico. A sua localização foi-se deslocando progressivamente, sendo que a malha histórica passou a corresponder quase exclusivamente a um núcleo habitacional degradado. Procurou-se, nos últimos anos, reverter esta situação, nomeadamente através da implementação do programa Polis.

É a partir deste momento que se concretizam as repercussões de ações planeadas sobre a cidade antiga, ainda que esta tivesse sido previamente integrada noutros planos e estratégias. Além disso, todos os programas posteriores ao Polis expressam intenções de integrar este espaço nas suas intervenções. Analisando as suas estratégias, pode-se também constatar um alargamento da noção de centralidade, privilegiando-se o policentrismo em detrimento de uma visão polarizada, que separava a cidade intramuros das zonas de expansão.

Por outro lado, verifica-se que existe uma complementarização crescente do planeamento com ações de programação urbana, promovendo-se a competitividade através de ações culturais, *marketing* urbano e integração em redes. Estas têm geralmente, como referente imagético de espaço público, o centro histórico da cidade, muito embora o conceito de centro seja cada vez mais lato. Coexistem ainda, por isso, noções diversas de centralidade, sobre as quais será pertinente refletir.

Para tal, proceder-se-á a uma resenha dos processos de valorização dos centros históricos, bem como dos instrumentos de planeamento e reabilitação urbana nacionais, contextualizando a sua aplicação em Castelo Branco. Procurar-se-á ainda clarificar o impacto atual e previsível das ações planeadas, programadas e concretizadas, indiciando-se novas perspetivas neste âmbito, nomeadamente em relação ao espaço público e à noção de centro urbano.

Palavras-chave: Planeamento e reabilitação urbana, Programação urbana, Centro histórico e espaço público, Policentrismo, *Marketing* urbano, Castelo Branco.

¹ apbelo@gmail.com.

1. Valorização patrimonial dos centros urbanos

Convencionalmente, considera-se que o centro histórico de uma cidade é a área que coincide “com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização”(DGOTDU, 2005). Muito embora esta delimitação não seja linear, ela torna-se mais fácil no caso de cidades de média dimensão, com uma expansão pouco significativa.

Além disso, o centro histórico urbano apresenta-se como um lugar privilegiado em relação à restante malha urbana, constituindo-se como uma força polarizadora económica e social, com atratividade para turistas e habitantes (Cávem, 2007). Ainda que tenha perdido progressivamente a sua relevância e acessibilidade, manteve a sua imagem simbólica como elemento marcante. Com efeito, esta área é vista como sendo “preponderante não só como suporte de tudo o resto, como sinal de identificações dos lugares e referência da imaginação coletiva, mas também como aglomerado dos bens culturais” (Benevolo, 1995).

A relevância destes conjuntos urbanos foi reconhecida em diversos documentos internacionais, destacando-se a Recomendação de Nairobi (1976), ao defender que “os conjuntos históricos e o seu enquadramento formam um património universal insubstituível e que a sua salvaguarda e integração na vida coletiva (...) [deve] constituir uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos Estados em cujos territórios se encontram”(Barata Salgueiro, 1999).

O seu declínio, iniciado na segunda metade do século XX, prende-se com o desenvolvimento de fenómenos de suburbanização e descentralização que, a partir da década de 50, geraram novas centralidades periféricas e uma maior diversidade de morfologias urbanas (Sebastião, 2010). Nas áreas históricas, isto repercute-se acentuadamente a partir dos anos 70, quando o desenvolvimento tecnológico gera alterações na “organização económica e social e, portanto, também nos modos de produção e apropriação do território, na estrutura das cidades” (Barata Salgueiro, 1999: 226).

Neste contexto, o êxodo populacional para as periferias urbanas contribuiu também para o abandono das zonas históricas, sofrendo estas áreas, uma perda de competitividade em relação a outras com maior acessibilidade a nível de comércio e serviços (Sebastião, 2010: 22). Nos centros históricos, existem ainda dificuldades funcionais relacionadas com carências de serviços e comércio de proximidade, estacionamento e espaços verdes. A fuga de população e a deterioração do edificado assumem também particular relevância neste âmbito, levando muitas vezes ao estado de ruína, que se acentua devido às “condições precárias de arrendamento”, relacionadas com as “rendas baixas e o fraco poder de compra dos inquilinos” (Cávem, 2007: 17).

Além dos fatores anteriormente referidos, a inadequação deste tipo de tecido urbano ao uso do automóvel (Cávem, 2007: 17), faz com que estes espaços apresentem uma falta de versatilidade e suporte de vida qualificado, tanto relativamente ao uso habitacional, como ao comercial. A dificuldade de penetração das novas tecnologias e infraestruturas constitui também uma grande desvantagem competitiva para as empresas que aqui tentam subsistir (Freire Chico, 2008: 35).

Tendo em conta este cenário de crise das zonas históricas urbanas, a sua revitalização passará por gerar atratividades para novos residentes, tentando-se conter a fuga populacional. Para tal, será necessária uma diversificação da base económica, estimulando o desenvolvimento de novas atividades, requalificando-se o espaço público e preservando-se o património edificado (Sebastião, 2010: 25).

Sob o ponto de vista disciplinar da arquitetura e do urbanismo surgem, em 1931, as primeiras preocupações com os conjuntos urbanos históricos, com a produção da Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos do ICOM (International Council of Museums), na qual é expressa pela primeira vez a necessidade de proteger a área envolvente aos monumentos, ainda que esta fosse entendida somente sob o ponto de vista da sua

valorização. Em 1933, é também defendida a proteção destas áreas na Carta de Atenas do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), que as considera como “testemunhos do passado devendo ser respeitados pelo seu valor histórico ou sentimental e pela sua qualidade plástica” (Cávem, 2007: 18), defendendo-se, numa visão higieno-funcionalista, que “em caso algum, pode o culto do pitoresco e da história sobrepor-se à salubridade da habitação”(Correia Brito e Lopes, 2004: 52)

Após um período de expansão para as periferias e de operações de renovação urbana nos centros das cidades, no qual e assiste a um sacrifício dos traçados originais, emergem, na década de 60, preocupações com “a variedade de tipos e épocas dos edifícios” e “ a importância social das formas tradicionais urbanas” (Cávem, 2007: 19-20). Assim, em 1964, foi criada a Carta de Veneza sobre restauro e conservação de monumentos e sítios, na qual o conceito de património é alargado aos conjuntos urbanos, incentivando sua manutenção funcional e social (Sebastião, 2010: 28). Este novo contexto refletir-se-ia também no âmbito nacional, com diversas influências externas.

2. Planeamento e reabilitação urbana em Portugal e as suas repercussões no caso de estudo

Castelo Branco e o seu crescimento urbano

A imagem da cidade de Castelo Branco relaciona-se com a sua função de defesa fronteiriça, desde o s. XII. A sua muralha, edificada pelos Templários no s. XIII, integra uma linha defensiva extensa. Após uma história militar conturbada, recebe, na segunda metade do s. XVIII, o título de cidade, dando-se simultaneamente início ao rompimento das muralhas e à expansão do aglomerado. O castelo foi praticamente destruído aquando do seu último evento militar, com a ocupação das tropas de Junot, em 1807, sendo a pedra existente nesta zona reutilizada para construção durante o s. XIX (Domingues et al., 2006: 262).

A zona interior à muralha foi, nesta época, perdendo importância e centralidade, com a construção do Passeio Público e do Quartel de Cavalaria, que estruturaram uma nova centralidade. Principalmente até à década de 70 do s. XX, a cidade cresceu em torno de novas avenidas, com a criação de equipamentos e o reforço de estruturas urbanas intermédias.

A partir de então, deu-se uma explosão de crescimento urbano, com a criação de bairros periféricos, sendo alguns de génese ilegal. Estas áreas urbanas recentes, cuja ligação formal e funcional estava desajustada em relação à cidade histórica, criaram problemas de gestão urbana e novas exigências de requalificação (MAOT et al., 2000: 21).

Por isso, parece ser importante refletir, neste contexto, sobre os conceitos de zona histórica, centralidade e reabilitação urbana no âmbito do planeamento, analisando-se os acontecimentos e estratégias em Portugal e no caso de estudo, no intuito de averiguar quais os novos desafios e formas de encarar esta temática na atualidade.

Antecedentes da reabilitação urbana: as intervenções da DGEMN e os Antepianos para as cidades de média dimensão

A reabilitação urbana em Portugal chega tardiamente em relação aos países europeus que sofreram a destruição da II Guerra Mundial. Assim, durante o Estado Novo, as preocupações, neste âmbito, estavam centradas em recuperar monumentos isolados para o enaltecimento de riquezas patrimoniais.

Relativamente à salvaguarda de monumentos isolados, a DGEMN (Direção-Geral de Monumentos Nacionais) teve, durante os anos 30 e 40, um papel fulcral a nível de intervenções por todo o país. O restauro dos monumentos nacionais era visto como mecanismo de poder do regime. Para tal, os seus serviços são otimizados e “o processo de reconhecimento e salvaguarda ganha agilidade, apesar de nem sempre responder com a prontidão ou com as soluções desejadas.” (Neto e Soares, 2013: 88–89).

Isto devia-se principalmente ao “reconhecimento da importância do turismo na ação política” (Fadigas, 2015: 88). Assim, o Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933, recebeu, em 1939, competências no que diz respeito ao turismo, que se considerava ser um instrumento privilegiado de propaganda política, sobretudo a nível externo. Este ganhara relevância na década de 30 com a motorização, a construção de estradas novas e os processos de modernização urbana, dando-se maior atenção à proteção de monumentos nacionais e valores paisagísticos, tendo em vista a manutenção de um sistema de referentes culturais (Fadigas, 2015: 88).

Neste contexto, em Castelo Branco, o Castelo sofreu uma intervenção da DGEMN, em 1936. Em Março desse ano, uma tempestade provocou a derrocada da torre Este, sendo depois iniciado o projeto para a sua recuperação. A forma de uma das janelas da torre é atribuída a estes restauros (Costa e Castro, 2001) cujo projeto para a reconstrução de “uma torre templária”(DGEMN, 1936) denotam uma certa tipificação e tematização da imagem deste tipo de monumentos.

Figura 1. Perspetiva do projeto de reconstrução da torre do Castelo (DGEMN) e vista atual da janela da mesma.



Fontes: Arquivo Municipal de Castelo Branco e Castelo Branco Lovers. Disponível em <https://www.facebook.com/castelobrancolovers/?fref=ts>, respectivamente.

Deste modo, consolidou-se, até à primeira metade da década de 40, uma imagem nacional baseada nos valores fundacionais (Fadigas, 2015: 91). Assim, o país deveria ter um processo de desenvolvimento e organização controlado pelos “padrões conservadores que se tinham reforçado nos finais da década de 1930 e cuja expressão visual atingiu o seu apogeu na Exposição do Mundo Português, em 1940.” (Fadigas, 2015: 91)

Este período deixaria marcas indeléveis na modelação do território e na produção e idealização de tecido urbano (Fadigas, 2015: 104-105). Assim, segundo Margarida Sousa Lôbo, na época de Duarte Pacheco, no planeamento

das cidades médias, a figura do Antepiano focava-se na “centralidade da ideia do plano-imagem (...), entre modelos diversos da cidade programada, regrada e regular, da “cidade-jardim” e da “cidade radiosa”, e uma cidade pragmática para controlar a contenção do crescimento e uma suposta dimensão ótima dos centros urbanos.(...)” (Lôbo, 1995).

Os objetivos das políticas e dos planos prendiam-se, não só com o estabelecimento de infraestruturas de circulação, de perímetros para áreas de expansão e a reestruturação dos aglomerados, mas também com a conservação da cidade antiga: Sousa Lôbo cita Choay relativamente às ações da DGEMN, que envolviam, além das operações pontuais em monumentos, demolições em massa, no intuito de realçar edifícios excecionais ou conjuntos de maior valor estético (de que é exemplo a intervenção na Sé do Porto, em 1940), seguindo-se “princípios higienistas para a cidade velha, densa, insalubre e decadente” (Domingues, 2006: 45-46), inventando-se e recriando-se, além disso, imagens historicistas e celebrativas adequadas à propaganda do regime.

Figura 2. Sé do Porto e Paço Episcopal antes das demolições (postal antigo).



Fonte: Porto Vivo, disponível em http://www.portovivosru.pt/pdfs/MLB_5_dez_2003.pdf.

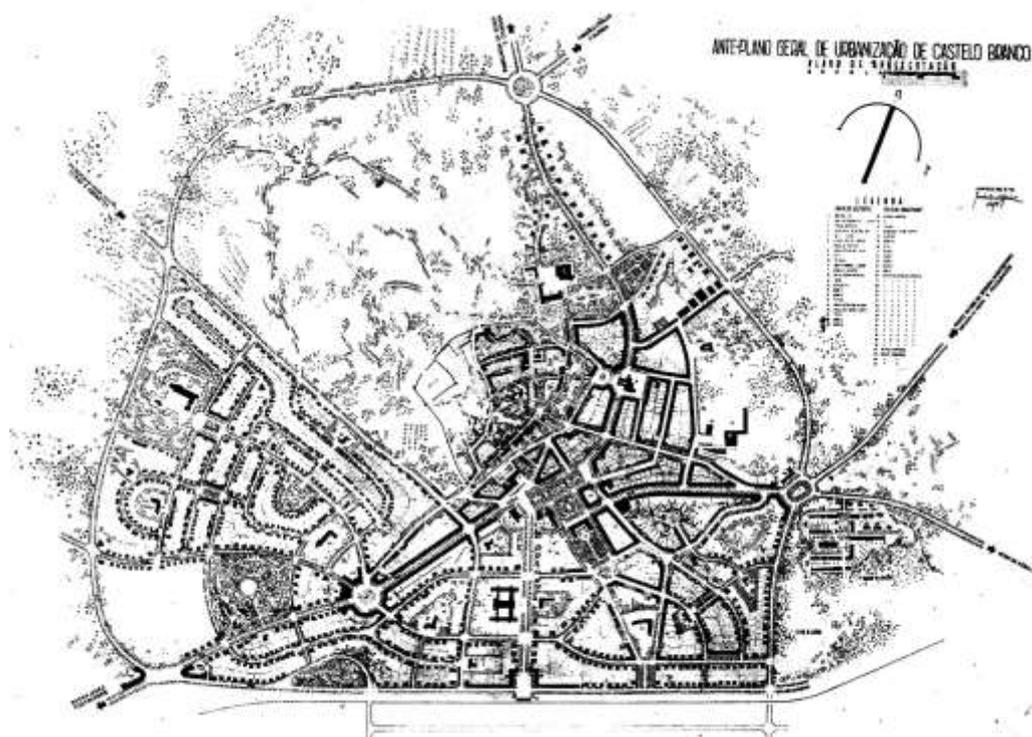
Figura 3. Sé do Porto após a intervenção da DGEMN (coleção de postais do AHMP).



Fonte: Porto Vivo, disponível em http://www.portovivosru.pt/pdfs/MLB_5_dez_2003.pdf.

No seguimento desta lógica, em Castelo Branco, o Anteplano de João Aguiar, de 1945 (que teve uma revisão posterior em 1962, que não teria repercussões no caso do centro histórico), previa uma clara delimitação da zona histórica, confinada ao perímetro definido pelos troços de muralha existente (zona A3, fig. 5), prevendo que esta fosse uma zona de uso predominantemente habitacional (Aguiar, 1945a).

Figura 4. Planta geral do Anteplano de João Aguiar para Castelo Branco (1945).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Deste modo, pretendia-se que a zona histórica se distinguisse do sector do centro cívico, de expansão extramuros (zona D2, figura 5), no qual existiam já alguns equipamentos funcionais, e para o qual eram previstas uma requalificação do espaço público e uma dotação de equipamentos representativos adicionais. Esta área deveria então assumir um carácter de centralidade efetiva, ganhando também maior valor simbólico identitário. Estas intenções só seriam cumpridas muitas décadas mais tarde, sendo que a noção de centro cívico se manteve, até à concretização do arranjo urbanístico do programa Polis, difusa e incompleta, pois “apesar da reconhecida importância dos Anteplanos do Estado Novo, as suas propostas foram geralmente condicionadas pela localização de alguns equipamentos e, em todo o caso, pelas ações do poder central, resultando daqueles instrumentos modificações e acrescentos de malha urbana frequentemente mais mitigadas que os resultados pressupostos” (Fernandes, 2013: 32).

Um dos objetivos gerais deste Anteplano era o de sanear o núcleo urbano consolidado, prevendo-se também a conservação e reconstrução das muralhas, pelo seu “carácter e interesse”, condenando-se, no entanto “os miseráveis habitáculos que congestionam os lotes de construção, a desaparecer, com o que beneficiariam os vários edifícios de certo valor material, arquitetónico, etc., cujo desafogo e conservação se prevê” (Aguiar, 1945b: 39–40).

Propunha-se ainda a regularização dos traçados urbanos de algumas das vias principais da zona residencial histórica, privilegiando-se o desenho urbano abstrato em detrimento da multiplicidade de fatores que este tipo de

operações envolve. Estávamos, por isso, num contexto de operações de renovação urbana, em que predominavam as preocupações racionalistas e higienistas.

Figura 5. Planta de zonamento do Anteplano de 1945.



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Figura 6. Anteplano de João Aguiar: pormenor de regularização de traçados no centro histórico.



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Décadas de 60 e 70: da consciencialização crítica sobre a reabilitação urbana à conservação integrada

A partir da década de 60, com a crítica ao funcionalismo, dá-se o aparecimento de novas teorias sobre os meios urbanos contemporâneos, com autores como Choay, Jacobs, Alexander, Lynch ou Cullen. Além disso, surge nesta época a abordagem contextualista, preconizada por Norberg-Schulz em “A paisagem e a obra do homem”, marcando uma conceção da cidade como um organismo relacional, no qual se cria um sedimento memorial. Esta visão tinha já sido indiciada por Halbwachs na década anterior, com o conceito de memória coletiva, e viria a ser explorada seguidamente, durante duas décadas consecutivas (Flores, 2003: 2).

Nesta época, o interesse em debater os problemas urbanos foi também alargado à comunidade internacional e a um domínio multidisciplinar, reunindo arquitetos, geógrafos, historiadores e sociólogos.

A nível governamental, há também uma tomada de consciência relativamente às consequências, para o património urbano, das pressões da expansão urbanística. Desta forma, às leis, até então existentes de salvaguarda do património, que se referiam a monumentos isolados ou a zonas de proteção na sua envolvente, juntam-se as que alargam a sua conceção aos conjuntos urbanos de uma forma abrangente e integradora. Isto reflete-se, em Inglaterra, ainda na década de 50, com a “Historic Buildings and Monuments Act” (1953), que cria as “conservation areas” e em França, em 1962, com a lei de defesa do património nacional, conhecida como “*Loi Malraux*”, que cria os “*secteurs sauvegardés*”. Estas conceções não se prendem ainda com os centros urbanos, mas com pequenas áreas a proteger, com critérios de classificação idênticos aos utilizados para as obras arquitetónicas, não contemplado a manutenção do contexto social.

Inicialmente semelhantes na sua definição inicial, as experiências inglesa e francesa induziram operações de reabilitação urbana que seguiriam caminhos diversos, com base na matriz cultural de cada um dos países em questão: o empirismo e o racionalismo, respetivamente.

Com uma filosofia oposta à dos *secteurs sauvegardés*, a “conservação integrada” italiana teve como bases uma metodologia empírica que vinha a ser desenvolvida em diversas cidades nas quais o peso patrimonial era impossível de ser ignorado em qualquer operação urbana. Os contributos dos estudos tipológicos de Muratori e dos conceitos de salvaguarda de Giovannoni são também relevantes para o seu desenvolvimento. Nesta metodologia, valorizada e divulgada através dos textos finais da “Carta Europeia do Património Arquitetónico” (1975), todos os elementos que intervêm na cidade histórica são validados, abandonando-se as anteriores perspetivas monumentalistas e musealizantes. (Flores, 2003: 11). Esta experiência influenciaria Portugal, essencialmente através da obra *Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici*, na qual é explicada detalhadamente por Cervellati e Scannavini.

No que diz respeito a experiências efetivas de reabilitação urbana, estas só se iniciam em Portugal no período pós-revolucionário, com o CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira-Barredo). No entanto, as operações foram antecedidas por bases de estudo e discussão teórica nas décadas anteriores. O “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa”, desenvolvido entre 1955 e 1960 e publicado em 1961, deu a conhecer aos arquitetos as soluções plásticas e construtivas da arquitetura tradicional, numa lógica oposta à da atitude que criou o estilo nacional oficial “português suave. Além disso, em 1968, é criado, na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), o Serviço de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana (SDRPU), dirigido pelo arquiteto Joaquim Cabeça Padrão, que realizou diversos estudos relevantes, nomeadamente o “Estudo de Prospeção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve” (1970). A influência predominante dos técnicos que integravam esta equipa era inglesa, pois muitos tinham realizado estágios em cidades daquele país que estavam a ser alvo de programas de reabilitação. Os métodos de análise e levantamento de núcleos urbanos aqui utilizados, baseados em fichas individuais para edifícios e espaços públicos influenciariam a elaboração de Planos de Salvaguarda em Portugal.

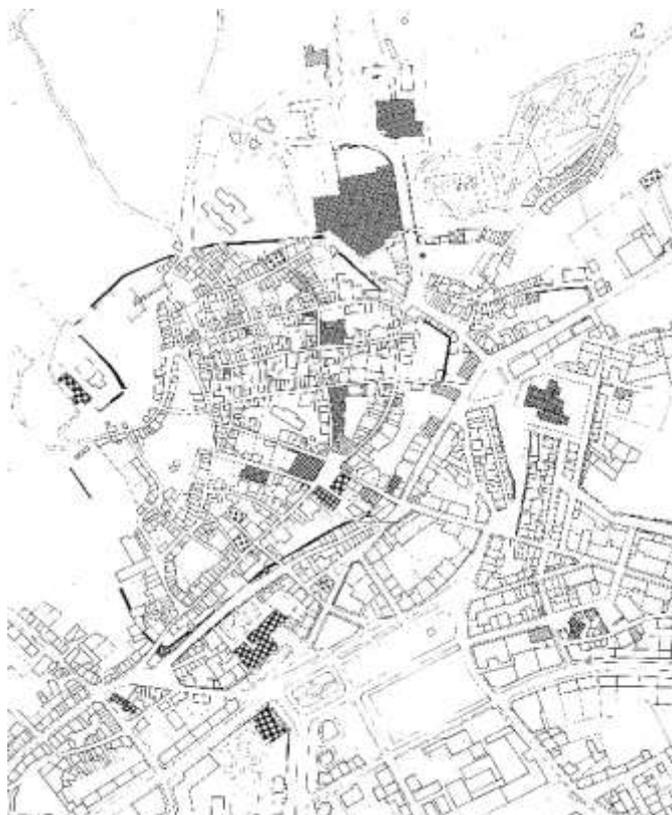
Em 1973, foi lançado um novo instrumento de intervenção urbana, o Plano de Urbanização de Pormenor (DL nº 8/73), destinado à renovação de sectores urbanos com problemas de sobreocupação ou más condições de

segurança, estabilidade, salubridade ou estética. As expectativas que este criou foram interrompidas pela Revolução de 1974 (Flores, 2003: 11).

As paralisações causadas pela revolução de Abril também se fizeram sentir a nível do planeamento local. Com efeito, estava a ser preparado, pelo Gabinete GPA, um Plano Geral de Urbanização para Castelo Branco, integrado na política regional do IV Plano de Fomento, que deveria substituir o Antepiano. Este contemplava, para a sua fundamentação, considerações sobre o estado de conservação e salubridade dos edifícios (questão persistente no centro histórico), incluindo ainda um estudo de edifícios, eruditos e vernaculares, bem como “lineares de fachada” com interesse, a conservar (GPA, 1974).

Verifica-se também que existe, neste plano, uma relação do ordenamento urbano com o territorial, reconhecendo-se a relevância da integração regional, complementaridade e competitividade entre centros urbanos. Para tal, propõe-se uma descentralização promotora de crescimento urbano, com a criação de novos pólos de atratividade, deslocalizando serviços e indústria das zonas centrais (GPA, 1974). No entanto, o Plano foi entregue em Abril de 1974, não tendo chegado a entrar em vigor.

Figura 7. Estudo de edifícios e lineares com interesse, PGU 1974 (GPA).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

No contexto pós-revolucionário criou-se, em Outubro de 1974, o Comissariado para a Renovação Urbana na área da Ribeira-Barredo (CRUARB), uma equipa multidisciplinar que constituiria uma situação de exceção no panorama nacional relativamente à regeneração urbana, com uma clara influência do modelo italiano (Flores, 2003: 18).

O valor histórico da zona da Ribeira é reconhecido no “Relatório de 1969”, elaborado por uma equipa liderada pelo arquiteto Fernando Távora, lançando-se, com o estudo-piloto do Barredo, as bases para a sua salvaguarda.

A valorização aqui implícita prende-se, não só com o edificado, mas também com “a comunidade que o habita e o impregna de significado” (Flores, 2003: 19). No entanto, a manutenção do tecido social era impossibilitada pela ocupação excessiva dos edifícios, o que implicaria inevitavelmente uma saída de população e pressupunha um processo participativo, com o objetivo de tomar decisões relativamente a este aspeto.

O plano não foi aprovado, na medida em que as suas preocupações sociais contrariariam uma valorização fundiária expectável para a zona. Entre 1978 e 1980, dá-se um processo de municipalização, que acentua uma “tendência para a terciarização em detrimento da valorização (...) sociocultural” (Flores, 2003: 20), acompanhado de uma drástica redução orçamental, o que inviabilizaria esta operação de revitalização urbana.

Paralelamente a este processo, em 1976, a Lei dos Solos (Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro) refletiu o consolidar das políticas públicas que se desenvolveram a partir do período revolucionário. Priorizou-se a reabilitação urbana, tanto no âmbito do aumento da oferta do parque habitacional, como da gestão urbana, acentuando-se a relevância do urbanismo como regulador do uso do solo (Fadigas, 2015: 135). As suas preocupações abrangiam agora, não só a expansão urbana, mas também realidades para as quais eram necessários “instrumentos eficazes (...) para evitar a especulação imobiliária e permitir a rápida solução do problema habitacional.”

Criou-se, com esta Lei, a figura da ACRRU (Área Crítica de Recuperação e Reabilitação Urbana), que possibilitou a implementação de medidas de prevenção e gestão do solo em zonas degradadas, passíveis de serem alvo de projetos de reabilitação (Fadigas, 2015: 135).

No mesmo âmbito de ação política, foi criado o PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados) através do Decreto-Lei nº 704/76, que se destinava a apoiar financeiramente proprietários de edifícios degradados. O programa seria retomado com o Decreto-Lei nº 449/83. Este período ficou marcado por uma “afirmação do primado da política sobre a intervenção territorial e a economia. O ordenamento do território e o urbanismo correspondiam, neste quadro, a instrumentos de ação dirigidos e orientados de acordo com uma clara opção política.” (Fadigas, 2015: 136)

A revalorização da cidade histórica nos anos 80

Durante a década de 80, as transformações que se tinham vindo a sentir, a nível teórico, desde os anos sessenta sobre a noção alargada de centro histórico, repercutem-se num âmbito generalizado. Assim, esta passa a ser uma questão discutida, quer a nível local, quer a nível central, por bem mais do que eruditos e técnicos. Esta problemática apresenta-se, como uma das mais relevantes dos meios urbanos da década, tendo sido lançada, em 1980, a “Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade”, que assinala uma revalorização dos centros históricos. Com efeito, esta fase é marcada por uma grande expansão urbana de iniciativa privada para as periferias, vendo-se como principais incumbências de planeamento público as questões das infraestruturas, habitação social e da reabilitação de zonas históricas.

Figura 8. Campanha de sensibilização para o património urbano, Guarda, 1985.

A ARQUITECTURA TRADICIONAL É UMA HERANÇA CULTURAL INSUBSTITUÍVEL NÃO A DEIXEMOS DESAPARECER

ESTE CONJUNTO, HOJE (AINDA) PRATICAMENTE INTACTO, LEVA IMEDIATAMENTE O VISITANTE A IDENTIFICAR O LOCAL ONDE SE ENCONTRA — SÃO OS "BALCÕES" DA PRAÇA VELHA, UMA "COLAGEM" DE EDIFÍCIOS NÃO ERUDITOS, "EX-LIBRIS" DA CIDADE DA GUARDA, JUNTAMENTE COM A SÉ E OS OUTROS MONUMENTOS.

MAS, JÁ PENSOU NO QUE PODERIA ACONTECER ?

1

O MORADOR... O FORNECEDOR... A ESPOSA... O DONO DA OBRARIA... O MESTRE DE OBRAS... O COMERCIANTE...

2

O EMIGRANTE... O ARREMATANTE... O VIZINHO... O DONO DA LOJA... A INQUILINA... O INVESTIDOR...

3

O SENHORIO... O CARPINTEIRO... O EMPREITEIRO... etc

ALGUNS EPISÓDIOS DEPOIS, ÉIS O RESULTADO: QUEM RECONHECE ISTO ?!!!!

4

FM!

DEMOLIÇÕES, AUMENTO DE ANDARES, PSEUDO-RECUPERAÇÕES: VÃO MUTILANDO, DEGRADANDO, DESVIRTUANDO, DESCARACTERIZANDO E UNIFORMIZANDO OS CONJUNTOS HISTÓRICOS TRADICIONAIS, A PONTO DE NÃO SER POSSÍVEL SABER-SÉ AONDE SE ESTÁ — SERÁ AVEIRO? SERÁ VILA REAL? SERÁ LEIRIA? OU BRAGANÇA? OU GUARDA?!!!

A GUARDA É SUA • RESPEITE-A • ORGULHE-SE DELA!

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO • O PATRIMÓNIO É UM RECURSO
MEREC CAMARA MUNICIPAL DA GUARDA 1985

Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Nesta década, surgem inúmeros encontros, seminários e conferências subordinados à temática da reabilitação de núcleos urbanos antigos, havendo uma tentativa de desmistificação da sua carga política (Flores, 2003: 23).

Neste contexto, Nuno Portas escreve, em 1985, um texto para a *Sociedade e Território*, intitulado “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, onde deteta quatro vetores fundamentais neste tema: a consciencialização, por parte do poder local, do valor do edificado existente, para além do patrimonial; o surgimento de movimentos sociais, em bairros históricos, contra o êxodo dos seus habitantes; o alargamento da noção de património; finalmente, “a crise de conceitos e receitas na arquitetura urbana face à deceção com os resultados das novas urbanizações dos anos 60, que leva os profissionais a aprender a cidade, a valorizar sequências de espaços públicos bem identificáveis, animados pela mistura de atividades e gerações.”(Portas, 1985: 8-13).

Para o caso de Castelo Branco, denotam-se, em 1979, diversas preocupações com o património urbano e edificado da cidade e da região. Existe uma proposta, por parte da Direção-Geral de Planeamento Urbanístico da Beira Interior para a “Inventariação e Análise de Valores Urbanos de Relevância Distrital”, bem como um pedido à Câmara Municipal para proceder à delimitação de uma zona de proteção às muralhas, “com o objetivo de se obter um instrumento legal que permita a defesa dos valores na mesma existentes”(DGPUBI, 1979).

Foi também elaborada uma proposta de Plano Geral de Urbanização (PGU), pelo gabinete GETECNO, que seria concluída em 1981, não tendo chegado a entrar em vigor. Nesta, inventariavam-se e mapeavam-se os diversos valores arquitetónicos e elementos de atração turística da cidade, bem como o parque hoteleiro existente, indicando-se também percursos de interesse turístico. Uma das condicionantes indicadas na proposta é então a existência de “valores históricos e artísticos a considerar com as suas estruturas, os seus ambientes urbanos, os seus monumentos e outros imóveis de interesse nos critérios de recuperação urbana e da sua expansão”(GETECNO, 1981). Uma das diretrizes consistia em “conservar e valorizar os núcleos urbanos e monumentos de interesse histórico e artístico e preconizar novas áreas de proteção para os imóveis que, mesmo não classificados oficialmente, se consideram dignos de uma salvaguarda especial” (GETECNO, 1981). Apesar de se fazer já uma referência a conjuntos e ambientes urbanos, o discurso continua a centrar-se nos edifícios excecionais isolados, identificando-se o seu potencial turístico. Não existem, no entanto, intenções muito claras relativamente aos procedimentos e estratégias a implementar, remetendo-se as decisões operativas finais para um condicionamento a pareceres de entidades competentes.

Figura 9. Planta de inventariação de monumentos (proposta de PGU, Getecno).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Previa-se por isso, tanto no contexto geral como no local, a crise que se foi fazendo sentir, no que diz respeito à aplicação de instrumentos de planeamento tradicionais, o que conduziu a uma progressiva diversificação, multidisciplinarização e flexibilização das soluções. Foram indicadas, por Portas, duas linhas de ação que se revelam como sendo cada vez mais válidas para as zonas históricas, quando conjugadas com as políticas de intervenção e gestão urbana: a programação e a atuação de pormenor (Flores, 2003: 23).

Em 1985, foi redigida a Lei do Património Cultural Português (Lei nº13/85 de 6 de Julho), com grande influência da Lei Malraux francesa, de 1962. Criou-se, com este documento, a figura do Plano de Salvaguarda, determinando-se ainda um tratamento especial do património cultural em “todos os planos de ordenamento territorial” (Flores, 2003: 24). Este tipo de plano teria uma aplicação, tanto de âmbito nacional, como local, e destinava-se à proteção de sítios e conjuntos (não deverá ser confundido com a Zona Especial de Proteção, aos imóveis classificados, em vigor desde os anos 30). Contudo, os Planos de Salvaguarda nunca tiveram uma regulamentação legal, apesar de diversos esforços nesse sentido, quer por parte de várias entidades (como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil ou o Instituto Português do Património Cultural), quer pelas reivindicações que se faziam nos encontros da especialidade.

A regulamentação destes instrumentos de proteção estava genericamente prevista pelo Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março. No entanto, tal intenção foi abandonada, por colidir com interesses políticos instituídos, que davam preferência a uma maior flexibilização nestas áreas.

Além disso, as metodologias implícitas à elaboração dos planos exigiam verbas elevadas, devido à necessidade de fazer inquéritos e inventários de diversas naturezas, o que criou desencorajamento a nível do poder municipal. A falta de iniciativa local fez com que a responsabilidade caísse sobre o IPPC (Instituto Português do Património Cultural, atual Direção Geral do Património Cultural, ou DGPC), que, para além de não possuir muitos recursos financeiros, tinha como vocação fundamental a intervenção pontual em edifícios (Flores, 2003: 26). A salvaguarda patrimonial começou, apesar disso, a ser incluída nos objetivos de alguns municípios, para os quais foram elaborados planos de acordo com a legislação vigente.

Em paralelo com as primeiras experiências no âmbito do planeamento em zonas históricas, deu-se o lançamento do Plano de Reabilitação Urbana (PRU), que reflete a materialização de uma nova dinâmica a nível de programas de financiamento, passando-se do imóvel isolado para a Reabilitação Urbana, com uma focalização na área urbana de intervenção. Com efeito, os centros históricos já não são encarados como “simples repositório de estruturas monumentais” (Flores, 2003: 26), mas como centros urbanos, englobando diversas componentes.

No âmbito do PRU integra-se também a criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTLs), cuja constituição foi financiada pelo programa. Estes Gabinetes foram instituídos como interventores diretos de gestão e planeamento, afirmando-se como uma prática local de intervenção direta com os diversos atores em contextos urbanos complexos. Dependentes das câmaras municipais, os GTLs deveriam levar a cabo projetos de recuperação de edifícios e espaços públicos sem existir, no entanto, uma tipologia específica para o planeamento a elaborar.

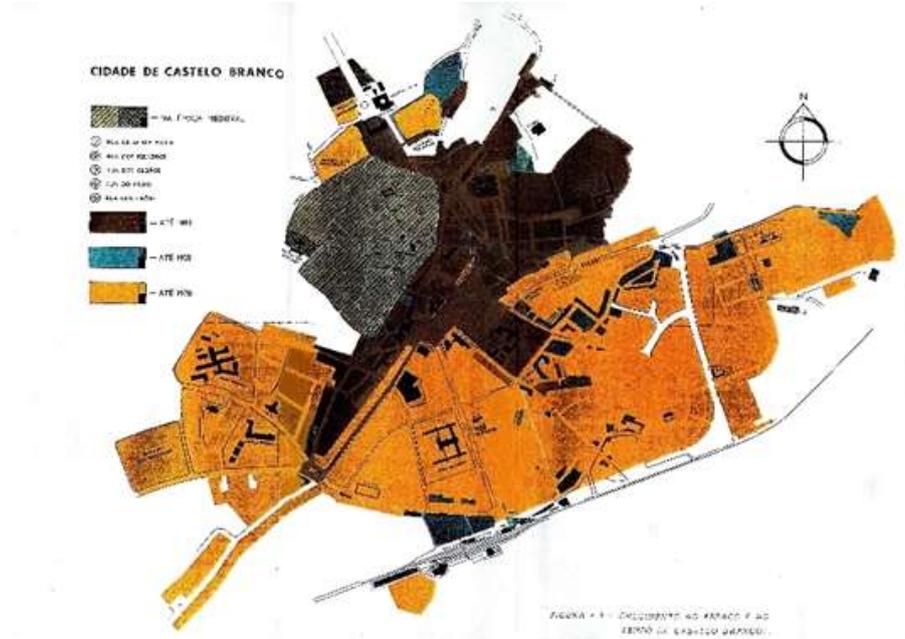
Muito embora as operações realizadas não tenham tido grande envergadura, nem tenham conseguido inverter os processos de degradação, elas contribuíram para que os processos de reabilitação ganhassem dinamismo a nível municipal, e também para uma mudança de mentalidades.

Este programa foi reformulado em 1988, com a designação de Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD). Teve uma faceta pedagógica, ainda que, como estes processos só têm resultados a longo prazo, a sua visibilidade fosse reduzida e possam ter sido vistos como um fracasso (Flores, 2003: 27). Enquanto que alguns municípios, munidos de recursos, deram continuidade aos programas, outros, por incapacidade, viram-se obrigados a interrompê-los, liquidando os trabalhos em curso.

Em Castelo Branco, foi feita uma candidatura ao PRAUD, em 1988, para a criação de um GTL, na qual se indicavam o potencial de interesse histórico, cultural e arquitetónico da cidade, as potencialidades, vetores estratégicos e tarefas associadas à recuperação da zona histórica degradada, bem como a delimitação da área de intervenção (figura 9). Nesta, figurava, além da zona histórica até aí considerada como tal, uma faixa a ela

adjacente (mancha de época de construção até 1892, na planta), que incluía monumentos notáveis e cuja “traça arquitetónica” se enquadrava com o núcleo histórico (Farinha da Silva, 1988).

Figura 10. Planta da evolução histórica de Castelo Branco (candidatura ao PRAUD).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Figura 11. Recorte da imprensa local sobre a intervenção na Rua do Rei D. Dinis.

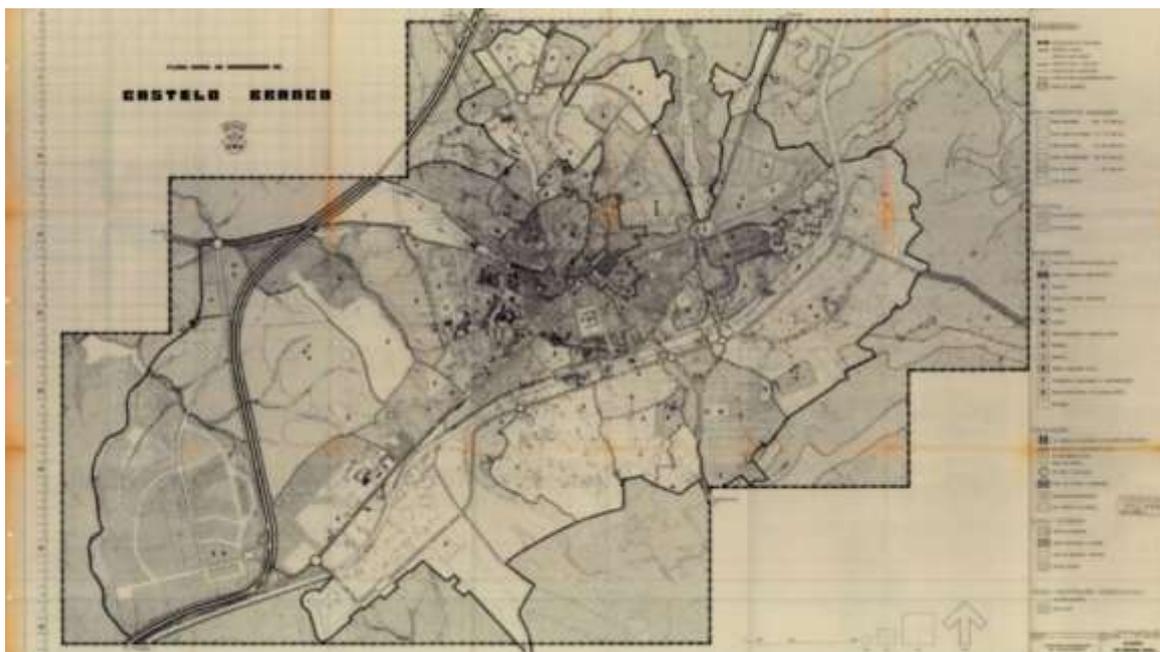


Fonte: Arquivo Municipal de Castelo Branco.

O Gabinete Técnico Local de Castelo Branco esteve em funcionamento alguns anos, durante a primeira metade da década de 90, tendo realizado inventários e inquéritos à zona histórica, sem repercussões operativas. Foram apenas concretizados projetos pontuais de intervenção no espaço público, dos quais se destaca a pedonalização e arranjo urbanístico da Rua do Rei D. Dinis. Esta operação foi alvo de atenção mediática por parte da imprensa local, ao reproduzir o modelo de espaço público do Chiado, em Lisboa (GTL - CB, 1992).

Deste modo, apesar do balanço positivo a nível de intervenções pontuais, o GTL não conseguiu impor-se na área do planeamento, como de resto tinha acontecido em situações semelhantes noutras zonas do país, sendo que a figura do Plano de Salvaguarda e Valorização (PSV) nunca se chegou a aplicar neste contexto.

Figura 12. Planta de síntese do PGU (1984-1991).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

No entanto, no Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, elaborado pelo arquiteto Farinha da Silva (que liderou também o GTL), elaborado em 1984 e aprovado definitivamente em 1991, foram dadas diretrizes específicas para a recuperação da área histórica, expressando-se a intenção de criar planos de pormenor, tanto para a “preservação e revivificação” da denominada “zona medieval”, como para o Centro Cívico e Administrativo. Possivelmente, as experiências e estudos do GTL, no que diz respeito à avaliação do estado de conservação, valor patrimonial e qualidade urbana da zona histórica, reverteram para a elaboração deste plano (Farinha da Silva, 1984).

A Coordenação de Sínteses do PGU englobava três subcapítulos: Zonamento Funcional, Estado de Salubridade Urbana e Estado de Qualidade Urbana. Neste plano, as centralidades são encaradas sob o ponto de vista dos equipamentos e serviços, e não da antiguidade. Assim, o “Centro Principal de Serviços” engloba os serviços administrativas (Câmara Municipal, Tribunal e Governo Civil, de entre outros), correspondendo os “Centros Secundários” à presença de equipamentos escolares ou hospitalares. A área histórica é encarada como “zona habitacional”, tal como no Antepiano de João Aguiar (Farinha da Silva, 1984).

Figura 13. Planta do PGU (1984-1991): pormenor dos centros histórico e cívico.

Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

A zona mais antiga da cidade é vista como sendo insalubre sob o ponto de vista do Plano. No que diz respeito ao Estado de Qualidade Urbana, este é definido com critérios de homogeneidade de estado de conservação e antiguidade, número de pisos e pela presença de edifícios com interesse arquitetónico e ambiental, sendo definido um Núcleo de Interesse Histórico-Monumental, para o qual se propõe uma área non aedificandi. No entanto, as intenções expressas neste plano não teriam repercussões visíveis no centro histórico e cívico de Castelo Branco.

O programa Polis e as mutações no paradigma de intervenção urbana nas décadas de 1990 e 2000: das operações dispersas aos Planos Estratégicos

“...any progress towards a genuinely ‘new urbanism’ movement must be centered on process rather than form, on openness rather than closure and on flexibility rather than order.”(Graham e Marvin, 2001:405-415)

A dispersão e falta de clareza nas propostas de intervenção urbanística nos centros históricos portugueses (Flores, 2003: 30) fez com que se alterassem os modelos de intervenção e estratégia urbana. Após a adesão à Comunidade Europeia (1986), e um período de dispersão, com ações desprovidas de estratégia para aproveitamento de fundos comunitários, deu-se um advento de iniciativas comunitárias e nacionais (Cidades Europeias Sustentáveis, URBAN), com a criação de Planos Estratégicos mais abrangentes e flexíveis. Nestes, eram integradas operações de menor escala, sendo contempladas questões como a programação urbana, a comunicação das intervenções participativas à população e a sua monitorização a posteriori.

A melhoria da qualidade de vida urbana tornou-se, no final da década de 90, no principal objetivo das políticas de urbanismo, articulando o desenvolvimento regional com o ordenamento territorial. No contexto da globalização, as cidades apresentavam-se como catalisadoras de qualificação profissional, atratividade de investimento, ambiente urbano qualificado e boas acessibilidades.

A competitividade interregional e interurbana ganhou um papel preponderante nas políticas regionais a nível económico e trouxe novas perspetivas relativamente ao enquadramento do ordenamento e do urbanismo, cujo âmbito passou a transcender a área da edificação (Fadigas, 2015: 160).

Deste modo, além do investimento em acessibilidades e infraestruturas, a dinamização urbana contribuiu para uma requalificação urbana integrada, aproveitando eficazmente os fundos europeus. Esta foi considerada a partir

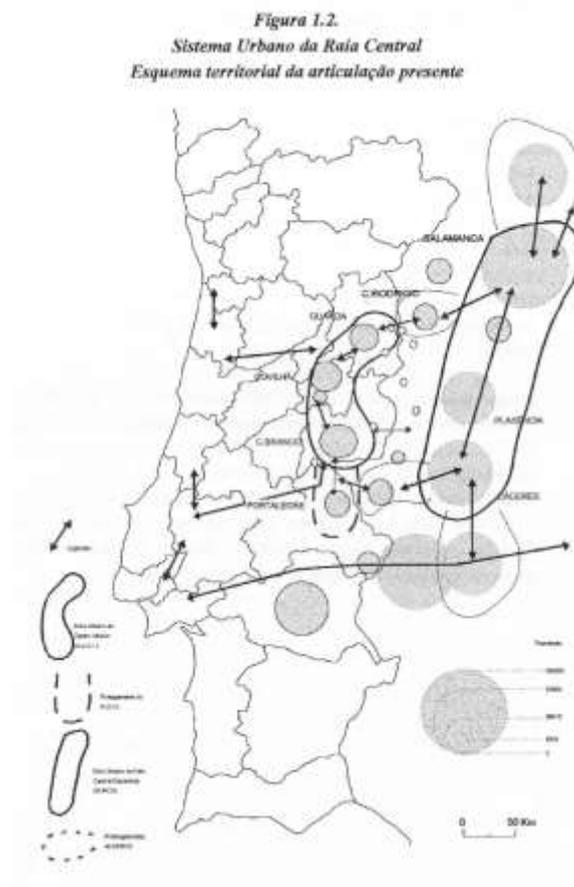
do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), com a criação do Programa Operacional para o Ambiente e Revitalização Urbana.

É a partir desta fase que se começa a dar importância à requalificação da cidade como um todo, e não apenas aos centros históricos, desenvolvendo-se uma política urbana já iniciada com o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais). Esta centrava-se, não só em revitalizar áreas degradadas, como também em fortalecer o sistema urbano nacional através de uma rede de cidades médias dinamizadoras do território.

Em 1993, a Câmara Municipal de Castelo Branco lançou um "Programa de Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Cidade", que não teve o impacto expectável mas possuía, ainda assim, uma boa estruturação e uma definição clara dos seus "mecanismos de aplicação, justificando-se uma avaliação cuidadosa das dificuldades de implementação com vista ao seu reajustamento, designadamente no plano dos apoios financeiros disponibilizáveis." (Neves, 1996: 41).

Após a elaboração do Plano Diretor Municipal (RCM nº 66/94), o Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco (PECCB, com a coordenação-geral de Oliveira das Neves) surge em 1996, num contexto de valorização da inserção regional (AUCI, Arco Urbano do Centro Interior) e transfronteiriça (SURC, Sistema Urbano da Raia Central), reforçando-se padrões de especialização competitiva.

Figura 14. Inserção de Castelo Branco no SURC e no AUCI (PECCB, 1996).



Fonte: Arquivo da Subdivisão Regional de Castelo Branco da CCDRC.

Para tal, foram desenvolvidas cinco linhas estratégicas de desenvolvimento, das quais se destacam a 1, “reforçar a coesão social e urbana” e a 2, “promover a dinamização do espaço urbano tradicional e consolidar as novas áreas de expansão”. Estas linhas de ação desdobram-se ainda em cinco programas de atuação, dos quais se destaca o de atuação social, que define cinco domínios de intervenção. Neste âmbito, temos a Educação e cultura, que prevê o reforço da dotação de “equipamentos orientados para a formação cultural e cívica e para a criação artística” e a Habitação, tendo em vista a fixação de quadros e jovens no centro da cidade (MAOT et al., 2000: 26–27). A valorização e reabilitação da Zona Histórica e a recriação do centro da cidade, “no sentido de criar uma nova imagem e perspetivar novos conteúdos urbanos para o centro da cidade” estavam também previstas como projetos-chave no Programa de Atuação Urbanística do PECCB, o que iria influenciar decisivamente a elaboração do Programa Polis. Como se constata então, é necessário “contrariar o esvaziamento e a degradação física das zonas históricas (...). Afigura-se que a zona histórica de Castelo Branco não atingiu situações críticas de degradação física nem processos irreversíveis de esvaziamento demográfico ou de degradação social.” (Neves, 1996: 41).

Com a realização da EXPO98, em Lisboa, deu-se uma expressão física às políticas de reconversão e regeneração integrada, com a requalificação ambiental e urbana de uma das áreas mais poluídas e degradadas da cidade, na qual a habitação se encontrava praticamente ausente. Procurou-se, por isso, proceder a um descongestionamento das actividades industriais aqui existentes, favorecendo-se a introdução de sistemas imateriais e terciários que pudessem contribuir para uma maior qualidade paisagística e urbanística.

Esta experiência permitiu ainda testar os planos institucional e jurídico, no que se refere a parcerias governamentais com as autarquias, bem como novos instrumentos de intervenção urbanística, o que está patente na Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, que daria origem ao Programa Polis (Fadigas, 2015: 161).

Este visava uma reabilitação urbana, tanto ao nível físico e ambiental, como socioeconómico, com intervenções em zonas degradadas e obsoletas das cidades, conferindo-lhe novas valências que aumentariam o seu carácter de pólos de desenvolvimento regional. Tendo abrangido inicialmente dez cidades (de entre as quais Castelo Branco), o programa alargou-se-ia a cerca de quarenta.

O Polis possuía quatro componentes fundamentais, sendo a primeira relativa a intervenções de requalificação urbana e valorização ambiental; a segunda, a operações em áreas classificadas como Património Mundial; a terceira, à valorização ambiental e urbanística de zonas de realojamento; e finalmente, a quarta, a medidas destinadas à melhoria de condições urbanas e ambientais como a instalação de sistemas de informação e gestão ambiental, a mobilidade interna e outras ações de impacto neste domínio.

Este programa foi alargado através do Polis XXI, em 2007, que se assumiu como um programa urbano e político de continuidade, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Reconhecendo que a inovação e o conhecimento eram fatores essenciais ao desenvolvimento económico das cidades, o programa exigia uma qualificação destas funções, assim como estratégias de fixação e atração de atividades inovadoras e de pessoas criativas (Fadigas, 2015: 161).

Neste contexto, em 1999, foi apresentado, em Castelo Branco, o Plano Estratégico de Castelo Branco 2020, pelo CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano), com a coordenação geral de Jorge Gaspar. As principais carências detetadas pelos inquéritos realizados no estudo que antecedeu o Plano prendiam-se com a degradação da zona histórica, bem como a falta de oferta cultural e de equipamentos destinados a este fim, cuja localização foi proposta no centro urbano. Foram estudadas também a estrutura verde urbana e as acessibilidades viárias, com os objetivos de definir uma estratégia de valorização ambiental, propondo-se ainda um novo centro intermodal de transportes e criando-se estratégias de resolução para os problemas de estacionamento e transportes no centro, com a proposta de um funicular de acesso ao Castelo.

Figura 15. Diagramas de análise, estudo e proposta para o centro histórico (Castelo Branco 2020).

Fonte: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Em suma, o Plano definiu um conjunto de ideias para valorizar o património histórico e recriar o centro cívico, funcional e social, então desvitalizado devido à dispersão de comércio e serviços gerada pela instalação destes em zonas limítrofes da cidade, nomeadamente na Zona Industrial. O espaço público foi, por isso, a sua grande prioridade, no intuito de conferir mais carácter à cidade consolidada. Muito embora o reforço da centralidade fosse o grande vetor do Plano, ele contemplava já uma requalificação das periferias, no sentido de desenvolver e encarar a cidade de forma coesa.

Estas orientações, que deram seguimento lógico ao Plano Estratégico de Castelo Branco (1996), viriam a constituir, em grande parte, a base do Programa Polis de Castelo Branco, que se propôs materializá-las (Ferreira, 2008: 102). Existiu, neste caso, uma continuidade e coerência entre os dois instrumentos, que se justifica pela presença de alguns dos atores do Plano 2020 na equipa do Polis, nomeadamente os arquitetos Josep Lluís Mateo e Reis de Figueiredo.

Com efeito, o Programa Polis concretiza os objetivos do Plano Estratégico 2020 anteriormente descritos através de um conjunto de “intervensões de requalificação urbana e ambiental, que se interligam e complementam, devolvendo ao centro da cidade a sua importância histórica” (MAOT et al., 2000: 45). Para tal, definiu-se um novo Plano Estratégico, enquadrado na primeira componente geral do Polis (requalificação urbana e valorização ambiental) que englobava como principais objetivos:

- requalificar o Centro Cívico a nível urbanístico e ambiental;
- valorizar a estrutura verde da cidade;
- reordenar a malha viária, constituindo percursos pedonais, parques de estacionamento, praças e túneis, no sentido de criar um grande espaço pedonal de conexão entre os centros histórico e cívico;
- integrar os valores arquitetónicos existentes em projetos urbanos de referência;
- reconverter estruturas urbanas desativadas em equipamentos culturais, comerciais e lúdicos (Ferreira, 2008: 103).

A concretização destas medidas foi prevista entre 2000 e 2004, tendo sido a coordenação e gestão definida pelo Decreto-Lei nº 305/2000, conferindo-se a sua direção à Parque EXPO, que estava ligada a uma equipa local.

Foram feitos estudos de caracterização, nomeadamente de incidências ambientais e tráfego, para aferir as implicações da construção dos parques de estacionamento no centro e do desnivelamento de algumas ruas, bem como das necessidades de transportes coletivos.

No sentido de operacionalizar o Plano, foram definidos, para a área de intervenção delineada, diversos estudos, projetos e planos a desenvolver, nomeadamente o Plano de Pormenor da Zona Histórica e Devesa (PPZHD); dois arranjos paisagísticos; um projeto urbano de referência, do Centro Cívico (da autoria do arquiteto Josep Lluís Mateo, que incluía espaço público e equipamentos culturais e comerciais); quinze projetos, relativos a estacionamentos, espaços verdes, espaços públicos e ao CMIA (Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental) (MAOT et al., 2000: 45).

Figura 16. Planta geral do Plano de PPZHD (realizado no âmbito do Programa Polis) e vista do novo Centro Cívico



Fontes: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Castelo Branco e Josep Lluís Mateo, disponível em <http://www.mateo-arquitectura.com/projects/cultural-center-of-castelo-branco-portugal-3/>, respectivamente.

Foi o PPZHD, iniciado anteriormente pelo arquiteto Reis de Figueiredo, que definiu a Zona da Devesa e do ex-Quartel como Projeto Urbano de Referência para o Centro Cívico.

Ao se situarem num território central e contínuo, as intervenções previstas pelo Polis gerariam grandes complementaridades e sinergias entre si, contribuindo para a “modernização da cidade, melhorando a sua competitividade e promovendo a cultura e o turismo” (MAOT et al., 2000: 45).

No que diz respeito aos objetivos para a zona histórica, existem já intenções de carácter socioeconómico, e não meramente físico. Assim, estes contemplavam, para além da reabilitação das estruturas de interesse arquitetónico, da dotação da área de equipamentos culturais, da criação de estacionamento e da demolição de edifícios dissonantes (como o da Portugal Telecom, que seria parcialmente demolido), o incentivo à instalação de grupos sociais jovens, o apoio aos grupos sociais desfavorecidos e o fortalecimento da dinâmica sociocultural com medidas económicas e turísticas, nas quais se integrava a criação de percursos turísticos (MAOT et al., 2000: 46).

Tendo em vista a dinamização desta área e a atração de população, pretendia-se aqui promover alojamento turístico, reforçar a presença de comércio e de residências universitárias e implementar equipamentos culturais, o que implicaria a “readaptação dos edifícios existentes” (MAOT et al., 2000: 47). Destes objetivos, apenas o último foi plenamente concretizado, sendo acompanhado da criação de estacionamento e de reestruturação viária.

No âmbito da melhoria de acessibilidades, previa-se também, tal como no Plano 2020, a criação de um funicular, no intuito de superar as dificuldades de acesso à colina do Castelo, que nunca chegaria a ser concretizado.

O programa englobava ainda uma componente de comunicação à população, no sentido de a sensibilizar e informar sobre as obras em curso e a realizar. Pretendia-se, então, manter a população informada sobre o desenvolvimento das intervenções, desafiando-a a debatê-las de forma alargada e conjunta. As ações visavam a população em geral e as escolas e estabelecimentos de ensino, assim como os comerciantes e habitantes das zonas mais afetadas. A estratégia tirava partido dos recursos locais, como escolas, instituições culturais e meios de comunicação, tendo sido bem-sucedida.

A recriação e requalificação do Centro Cívico foi também concretizada, sendo concluída no âmbito do Polis XXI, com a delegação da sua execução à Câmara Municipal, tendo sido o Centro de Cultura Contemporânea já executado neste contexto.

A candidatura ao Polis XXI (REGENERAR - Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco), foi inicialmente lançada em 2007, em conjunto com outras cidades do eixo da A23: Portalegre, Fundão e Guarda (Pinheiro e Brito, 2007). Esta foi aprovada em 2009, juntamente com as candidaturas de Águeda, Aveiro, Guarda, Ovar e Torres Vedras, no âmbito do 3º concurso das Parcerias para a Regeneração Urbana do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro, um concurso com uma dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com o objetivo “apoiar programas de ação que pretendem valorizar áreas de excelência urbana (centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas), através da qualificação do espaço público/ambiente urbano e da dinamização de projetos de cariz económico, social e cultural.”(IFDR, 2009).

Figura 17. Centro de Cultura Contemporânea (Polis XXI).



Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco, disponível em https://www.facebook.com/Cultura-Vibra_Castelo-Branco_150447016117/photos_stream?tab=photos_stream.

A monitorização prevista pelo Polis, após a sua execução, que seria entregue ao CMIA, tornou-se também uma responsabilidade da autarquia, que se encontra presentemente a dar seguimento ao desenvolvimento urbano da cidade com o novo Plano Estratégico, Castelo Branco 2030.

Castelo Branco 2030: novos modelos de centralidade

“Seria desastroso insistir sobre a monocentralidade perdida dos centros urbanos – um dos “traumas” ou medos da urbanística, no pensamento de Rosario Pavia (1996): a perda do centro, da forma e dos limites. Tradicionalmente, o “centro” sempre foi um condensador de funções urbanas com carácter direcional e de referência, um foco polarizador, o local de maior acessibilidade, dotado de uma forte carga monumental, simbólica, referencial, iconográfica e patrimonial. (...) Urbe e polis coincidiam no centro ou, pelo menos, assim se pensava.; no limite, a própria imagem da cidade, o lugar da produção de uma imagética e de uma identidade urbanas. Apesar (...) da emergência ou perda de importância funcional ou simbólica de algumas funções (...) a expansão/mutação do centro fez-se quase sempre num território relativamente reduzido, assimilando por inclusão ou por transformação as sucessivas marcações «centrais»” (Domingues, 2006: 31–32).

O Plano Castelo Branco 2030, apresentado pelo CEDRU em 2015, tem como prioridades estratégicas a criação de uma base económica, a inclusão social, a cultura, a reabilitação urbana, a mobilidade urbana sustentável e o ambiente urbano.

No que diz respeito ao estabelecimento da base económica, destacam-se a afirmação, a nível regional, como pólo agroalimentar e comercial e o reforço do sector turístico. Este é baseado essencialmente nos ativos culturais existentes (património arquitetónico, equipamentos criados com o Polis), com a promoção de eventos e uma oferta cultural constante, contribuindo para uma identidade local que possa promover externamente a cidade.

A cultura está, então, aqui intimamente ligada ao desenvolvimento económico e turístico, prevendo-se, por isso que a cidade se transforme num “pólo internacional de cultura e criatividade, atraindo talento e reforçando as condições para a fixação de jovens que desenvolvam atividade no âmbito da produção artística, cultural e criativa nas mais diversas áreas”(CEDRU, 2015: 72).

Para tal, são indicados como objetivos, no âmbito da cultura, um reforço da capacidade de gerir a programação cultural, uma promoção da articulação entre a Escola Superior de Artes Aplicadas e os equipamentos culturais do município, bem como a criação de condições de fixação de criativos a partir da criação de um novo equipamento para profissionais desta área (Fábrica das Artes, projeto que advém da reconversão de uma fábrica devoluta no bairro do Cansado) e de um modelo de governação que promova o mecenato e a internacionalização.

Figura 18. Exposição de fotografia no espaço da futura Fábrica das Artes.



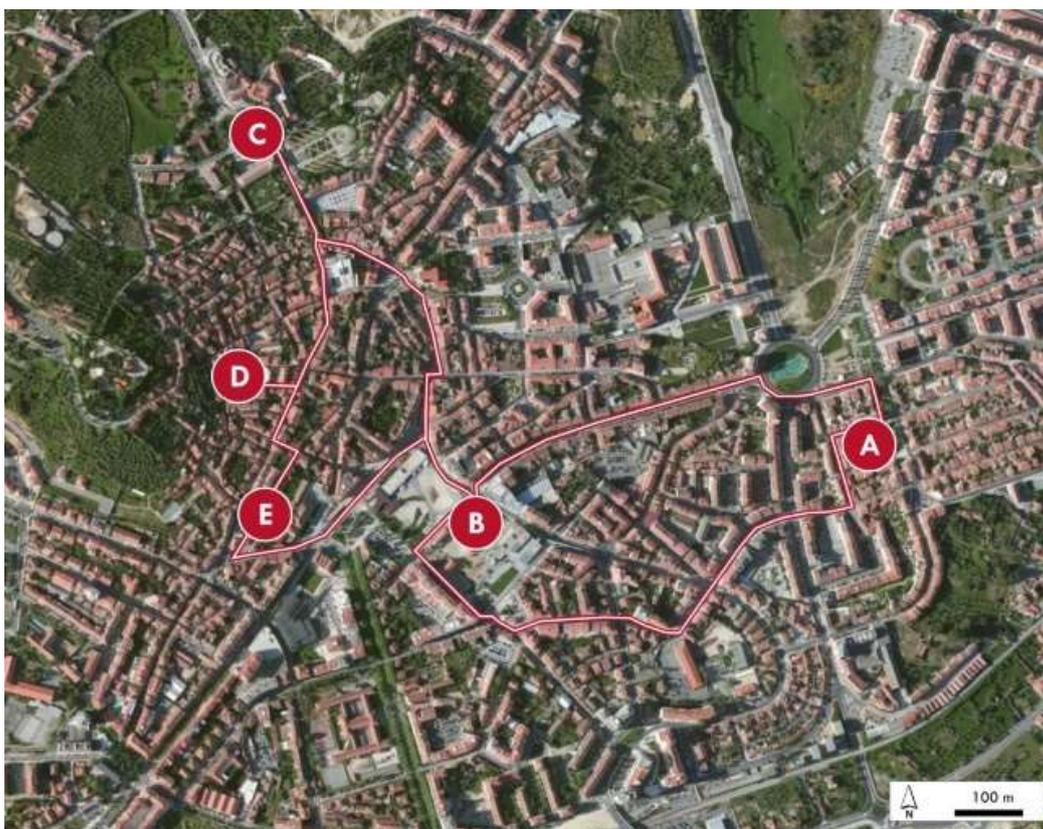
Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco, disponível em https://www.facebook.com/Cultura-Vibra_Castelo-Branco_150447016117/photos_stream?tab=photos_stream.

No que diz respeito à reabilitação urbana, esta deixa de ser uma preocupação exclusivamente inerente à zona histórica. Pretende-se, como tal, dar continuidade ao processo de valorização do património histórico, mas também dinamizar a reabilitação por toda a cidade, principalmente ao longo dos eixos estruturantes, criando incentivos para que o parque habitacional privado seja reabilitado. A estratégia de requalificação do espaço público é também alargada aos diversos bairros de expansão, propondo-se novas centralidades e melhorando-se as ligações entre as diferentes áreas funcionais da cidade (CEDRU, 2015: 74).

No seguimento desta lógica de interligação urbana, as atividades culturais e artísticas associam-se ao património e equipamentos existentes, com a implementação e promoção de um percurso cultural, o Caminho das Artes, que interligará os diversos equipamentos associados a este tipo de atividade (Museus da Zona Histórica, Centro de Cultura Contemporânea e Fábrica das Artes), no sentido de promover o turismo cultural e, a médio prazo, a regeneração urbana.

Constata-se, por isso, que a noção de centralidade foi alterada e alargada, e que as preocupações com a reabilitação urbana abrangem agora toda a cidade, com um abandono da polarização centro/periferia. Uma vez que se pretende criar uma estratégia de promoção da competitividade baseada num *marketing* urbano associado à economia da criatividade e da cultura, é a programação cultural e a gestão dos equipamentos criados pelo Polis que se impõe como linha de ação direta de aplicação de fundos e de visibilidade da autarquia, sendo o planeamento cada vez mais visto como uma carta de orientações estratégicas flexíveis e adaptáveis ao longo dos tempos.

Figura 19. Caminho das Artes, Castelo Branco 2030.



Fonte: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

No âmbito desta programação cultural, está também a ser promovida a cooperação transfronteiriça, orientação indicada já desde o Plano Estratégico de 1996. Com efeito, a cidade está já integrada em diversas redes, transfronteiriças ou não, de cooperação cultural, patrimonial, ambiental ou de eficiência energética. Verifica-se, pois, que a competitividade e a centralidade estão cada vez menos associadas à distância física e à posição geográfica, e mais à pertença e à cooperação dentro de uma complexa rede de redes urbanas, no seguimento das teorias de Castells (Muñoz, 2008: 21).

A primeira edição do festival artístico Iberencontros, que se realizou em Julho de 2015, é disso exemplo, com a cooperação entre criativos portugueses e espanhóis, tendo dinamizado ativamente o espaço urbano da cidade com diversas ações e instalações. Este evento pretende rentabilizar e garantir a sustentabilidade económica da oferta cultural em diversas cidades raianas, assumindo-se um compromisso com diversos agentes culturais, assegurando também a promoção do turismo cultural nos meios urbanos envolvidos (Raposo, 2015).

Figura 20. Programação urbana em colaboração transfronteiriça: Iberencontros.



Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco, disponível em https://www.facebook.com/Cultura-Vibra_Castelo-Branco_150447016117/photos_stream?tab=photos_stream.

Este e outros eventos, como o festival de músicas do mundo Sete Sóis Sete Luas, ou o festival de jazz Noites Azuladas, têm decorrido maioritariamente nos centros cívico e histórico da cidade, pois estes possuem grande valor simbólico e também uma oferta consolidada de equipamentos e espaços públicos que é necessário rentabilizar. Isto poderá parecer um paradoxo relativamente aos novos vetores estratégicos e à perda de polarização dos espaços centrais.

No entanto, o processo de revitalização urbana, no que à sua dimensão imaterial diz respeito, encontra-se ainda numa fase inicial, no seguimento da concretização física dos objetivos estratégicos que têm vindo a ser desenvolvidos desde a década de 90 do s. XX.

De facto, com base numa entrevista ao atual vereador da cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco, Fernando Raposo, foi possível constatar-se que “o tempo anterior, desde 1998, foi um tempo de criação de infraestruturas, e a Câmara soube apetrechar-se, pelo menos nesta cidade (...). Foi, por isso, um período voltado mais para os equipamentos e para a satisfação das necessidades das pessoas. Agora, dá-se a continuação daquilo que se fez, dando-se um fim aos objetivos para os quais os equipamentos foram construídos.” (Raposo, 2015)

Neste contexto, o principal objetivo é o de manter uma oferta cultural regular, em resposta a diferentes tipos de público. Esta é, em grande parte, garantida pela cooperação com grupos de artistas e associações locais (Terceira Pessoa, Laboratório Urbano Pela Arte, Pé de Pano), promovidos e financiados pela Câmara Municipal.

Além disso, a programação é pensada, não apenas para o turismo, mas para a população local. Esta vê, na atualidade, as atividades culturais como a face mais visível da intervenção autárquica, pretendendo-se também que elas influenciem a visão da comunidade sobre o meio em que vivem.

Figura 21. Concertos dos festivais Sete Sóis Sete Luas e Noites Azuladas



Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco, disponível em https://www.facebook.com/Cultura-Vibra_Castelo-Branco_150447016117/photos_stream?tab=photos_stream.

Então, os festivais de música anteriormente referidos, tiveram o papel de levar a população a (re)conhecer o centro histórico, constituindo-se, por isso, como ações de sensibilização urbana. Verificava-se, de facto, que a maioria da população atribuía valor simbólico a este espaço, sem que, no entanto, o percorresse ou conhecesse fisicamente (Raposo, 2015). Isto deve-se ao facto de que a zona foi estigmatizada durante décadas por ser uma área degradada e insalubre, com uma população envelhecida e de estratos sociais desfavorecidos.

Por isso, constata-se a necessidade de criar atratividades para a renovação demográfica da população nesta zona da cidade, incentivando a fixação populacional nas zonas centrais e garantindo a sua ocupação permanente. Como afirma o vereador Raposo, “Estou convencido que só conseguiremos dinamizar, se injetarmos (...) sangue novo ali: pessoas novas com outra perspectiva de vida. Casais jovens, estudantes, um outro tipo de público, de forma a dinamizarmos o espaço, porque só a requalificação do espaço a nível físico não é suficiente. Não promover a ida de gente nova para lá é complicado (...)...sou um defensor acérrimo de que a dinamização da zona histórica passa por respondermos à sua vertente social, se não, não a conseguimos, muito embora tenhamos ali uma série de equipamentos” (Raposo, 2015). Este objetivo foi amplamente indicado em diversos Planos mas será necessário, ainda assim, incorporá-lo em novas estratégias pragmáticas e operacionalizáveis.

Como resumo de toda a análise e reflexão levada a cabo neste artigo, produziu-se um quadro-síntese que permite uma leitura rápida da evolução, ao longo dos tempos, do planeamento aplicado à reabilitação urbana em Castelo Branco, inserido no contexto nacional e internacional, com os seus diversos instrumentos, marcos cronológicos e atores envolvidos nos processos. Regista-se ainda uma evolução da noção de centralidade, fundamental para esta investigação.

Quadro 1. Evolução do planeamento aplicado à reabilitação urbana em Castelo Branco.

Planeamento e reabilitação urbana em Castelo Branco - Quadro síntese							
Fase	Contexto geral	Características gerais (contexto internacional)	Características gerais (contexto nacional)	Intervenção/plano no caso de estudo	Data	Estratégias	Núcleo de centralidade
1	Afirmação do regime salazarista (década de 30)	Conservação e reabilitação de património arquitectónico (Carta de Aims, ICOM 1931 e CIAM 1933), visão conservacionista vs. visão higiénico-funcionalista.	Património e turismo como instrumentos de propaganda política; Valorização, tipificação, monumentalização e criação de monumentos; Zona Especial de Protecção, <i>zone ordonnées</i> , <i>zone monumentales</i> .	Intervenção de DGEMN na torre do Castelo	1936	Reconstrução e criação de "uma torre triplana" na torre do Castelo.	Centro marcado por monumentos pontuais
2	Consolidação do regime salazarista (década de 40 a 60)	Opções de renovação urbana; regularização de traçados urbanos através de desamortizações; reconstrução do período pós-II GM e criação da UNIAUC (para reparações no contexto nacional).	"Plano-imagem": imagem representativa da cidade e controlo da dimensão de crescimento urbano; invenção de imagens históricas e celebrativas do regime.	Assembleia Geral de Urbanização de Castelo Branco (Arg. João António de Aguiar)	1948 (com revisão em 1962)	Delimitação da zona histórica, separada do centro cívico; intenção de monumentalização e criação da <i>cidade</i> . Definição de um <i>habitat</i> para o C.H.; <i>Condição</i> a mobilidade e regularização de traçados urbanos através de desamortizações.	Centro cívico representativo
3	Declínio do regime salazarista e 25 de Abril (década de 60 a 70)	Consciencialização crítica sobre a conservação de monumentos e sítios (Carta de Veneza, 1964); Primeiro experiência nacionalizada de reabilitação urbana: <i>conservation zones</i> / <i>logements</i> , <i>secteurs sauvegardés</i> e <i>Las Aldeas</i> / <i>France</i> , 1962; <i>conservation integrated</i> , com experiências participativas / <i>Italia</i> , divulgada através da Carta Europeia de Património Arquitectónico (1975).	<i>Agência</i> o <i>Arquiteto</i> <i>Populo</i> ; <i>Persepolis</i> (1955-1961); MDEPU da DGSI (1968), influência inglesa; Estado da Ribeira-Barcelo (1969), Arg. Fernando Távora; DL 69877 (interrupção no período revolucionário); CRIUARB (1974) operacionalização do estudo de 1969 (arbitragem italiana); Lei dos Sítios, ACREU e PRUD (1975); Pensado da política sobre a intervenção territorial e a economia.	Proposta de Plano Geral de Urbanização (GPA), interrompida pelo período revolucionário (não aprovada)	1974	Estado do estado de conservação e salubridade dos edifícios na zona histórica; valorização do património arquitectónico e urbano, identificando edifícios e <i>Áreas de Actuação</i> a conservar, elementos arquitectónicos da cidade histórica; Reforma do ordenamento urbano com o <i>território</i> . Integração regional, complementaridade e competitividade entre centros urbanos. Criação de novos pólos de centralidade.	Descentralização, criação de novos pólos de serviços e indústria.
4	Período pós-revolucionário e expansão urbana (década de 70 a 80)	Valorização do património histórico e reabilitação urbana como temas de debate público generalizado; <i>Comissão Europeia para o Restabelecimento de Cidade</i> (1980); expansão urbana através para as periferias urbanas; reabilitação urbana e habitação social vistas como questões de iniciativa pública.	Municipalização e terciarização; realização de seminários e debates sobre reabilitação urbana; crise de modelos de planeamento e regresso ao paradigma urbano da cidade histórica; intervenções sociais contra o êxodo de bairros históricos; Lei do Património português (Lei 139/83), seguida de <i>Lei</i> <i>Revisor</i> (DL nº 46/90) (Estruturação dos Planos de Salvaguarda); Plano de Reabilitação Urbana (PRU), que cria os <i>Comitês</i> <i>Técnicos</i> <i>Locais</i> (OTL); reformulação do PRU com o PRAUD (definição de <i>linhas</i> de acção para zonas históricas; programação e actuação de processos; <i>alçada</i> a CEE (1984); <i>Coste</i> e <i>dispositivo</i> no planeamento; acções sem estratégia para aproveitamento de fundos europeus.	Pólo de intervenção do património regional e de delimitação de zonas de protecção às manchas (DGP/DR)	1979	Acções de promoção da valorização do património arquitectónico e urbano.	não aplicável
				Plano Geral de Urbanização (GTECNO)	1981	Mapamento de valores arquitectónicos e elementos de atracção turística de cidade, com proposta de zonas de protecção discursivo muito centrado em elementos pontuais; <i>atenuação</i> de objetivos concretos.	Centro cívico, com a valorização de elementos pontuais
				Plano Geral de Urbanização (Arg. Fátima de Sá)	1984/1991	Intenção de criar planos de <i>passagem</i> para a "preservação e <i>revivificação</i> " da zona histórica; programação com a funcionalidade, salubridade e qualidade urbana.	Centralidade em função dos serviços existentes; centro cívico como "eixo principal de serviços"; zonas <i>residenciais</i> e <i>habitação</i> como "serviço secundário"; zona histórica de uso <i>habitacional</i> , a preservar.
				Candidatura ao PRAUD	1980/cerca de 1993	Intervenções pontuais na zona histórica; projecto (predefinição da R. Rei D. Dinis) e trabalhos de análise e prospecção (inventário e levantamentos)	não aplicável
5	Globalização (década de 90 e 00)	Advénio de iniciativas comunitárias e nacionais (Cidades Europeias sustentáveis, URBAN); motivação nos paradigmas de planeamento; planos estratégicos, processos participativos; <i>monetização</i> .	PRONURB e PDMs; criação de Planos Estratégicos, integrando operações de menor escala (PPV); cooperação interregional e interurbana; regularização urbana para a cidade como um todo e não apenas para a zona histórica.	Programa de Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Cidade (CMCB)	1993	Acções de promoção da reabilitação urbana na zona histórica (sem efeito)	não aplicável
				Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco (PECCR)	1996	Valorização da <i>moeda</i> regional e <i>transmissória</i> ; <i>Reação</i> de <i>juízo</i> no C.H., <i>construindo</i> o seu <i>evolucionar</i> ; promoção da <i>coesão</i> social e urbana; criação de equipamentos de formação cultural e criação artística; <i>nova</i> <i>imagem</i> e <i>condições</i> para o centro urbano.	Centro histórico e cívico, com uma <i>imagem</i> <i>renovada</i> através de projectos-chave
				Castelo Branco 2020 (CEDBU) com o apoio dos Arg. Reis de Figueiredo e José Luís	2000	Estratégias de regularização urbana da zona histórica; <i>revalorização</i> <i>substantial</i> e <i>resolução</i> de problemas de estacionamento e transportes; <i>criação</i> do Centro Cívico	Centro Cívico, funcional e social, com uma <i>nova</i> <i>imagem</i> ; centro histórico <i>requalificado</i> e com <i>bons</i> <i>acessibilidades</i> .
				Pólo Castelo Branco	2000/2007	Operacionalização da estratégia Castelo Branco 2020; PP da Zona Histórica e Devota (Arg. Reis de Figueiredo); <i>Requalificação</i> do Centro Cívico (Arg. José Luís Mano); <i>demolição</i> de edifícios dissonantes; criação de novos equipamentos culturais; <i>promoção</i> da <i>cultura</i> e de <i>turismo</i> ; acções <i>informativas</i> e <i>participativas</i> junto da população; criação de <i>atividades</i> para <i>fixação</i> de população no centro (não concretizadas); <i>priorização</i> de intervenções no espaço público; reforço da centralidade, com a <i>hierarquização</i> dos Centros Histórico e Cívico.	Centros cívico e histórico, <i>integrados</i> , <i>requalificados</i> e <i>centralizados</i> com uma <i>imagem</i> <i>renovada</i> . "Revolução no centro da cidade e sua importância histórica".
				Pólo XXI (REGENERAR - Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco; programa apresentado em conjunto com outros cidades do eixo da A23: Portalegre, Fátima e Ourém)	2007/2013	Candidatura a fundos europeus, que permitiram dar continuidade ao processo iniciado com o Pólo; <i>conclusão</i> da <i>extinção</i> dos equipamentos culturais (Centro de Culturas Contemporâneas, Museu Corgalheiro, entre outros); criação de uma <i>faculdade</i> de <i>emprego</i> ; <i>sensibilização</i> <i>promoção</i> das <i>sectores</i> <i>artístico</i> e <i>cultural</i> ; <i>reforço</i> de <i>programação</i> e <i>gestão</i> <i>cultural</i> ; <i>cooperação</i> com a <i>Escola</i> de <i>Artes</i> <i>Aplicadas</i> .	Continuidade da perspectiva do Pólo
6	Actualidade (década de 10 (XXI))	Programação e acessibilidade urbana; <i>Redes</i> de <i>cooperação</i> <i>interurbana</i> e <i>transfronteiriça</i> ; <i>Participação</i> ; <i>Valorização</i> da <i>economia</i> <i>criativa</i> e das <i>actividades</i> <i>artísticas</i> e <i>culturais</i> .	Incentivo e promoção do turismo cultural; <i>gestão</i> <i>cultural</i> e urbana	Castelo Branco 2030 (CEDBU)	2018	Novos modelos de centralidade (policontração); <i>atenuamento</i> da <i>reabilitação</i> <i>urbana</i> a <i>domínios</i> <i>fora</i> do C.H.; <i>estabelecimento</i> de <i>novas</i> <i>instalações</i> do <i>tecido</i> <i>urbano</i> ; <i>criação</i> de <i>uma</i> <i>nova</i> <i>base</i> <i>económica</i> , com o <i>reforço</i> dos <i>sectores</i> <i>turístico</i> e <i>cultural</i> ; <i>promoção</i> da <i>identidade</i> e da <i>cultura</i> <i>local</i> ; <i>marketing</i> <i>urbano</i> associado à <i>economia</i> <i>criativa</i> ; <i>incentivo</i> à <i>fruição</i> de <i>juízo</i> <i>criativo</i> (<i>criação</i> da <i>Fábrica</i> das <i>Artes</i>); <i>promoção</i> do <i>turismo</i> <i>cultural</i> (<i>criação</i> do <i>Castelo</i> das <i>Artes</i>); <i>reforço</i> da <i>cooperação</i> <i>transfronteiriça</i> .	Reforço da centralidade existente; criação de novas centralidades; estabelecimento de ligações entre os diversos pólos de centralidade.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Através do quadro-síntese apresentado, podemos constatar que há uma evolução dos conceitos de centralidade, espaço público, regeneração urbana e património. Inicialmente, com a DGEMN, valorizaram-se apenas monumentos pontuais, recriados em função de imagens arquetípicas, havendo posteriormente, no Antepiano de 1945, a intenção de se criar um Centro Cívico representativo, desvinculado da zona histórica, que deveria sofrer correções de forma urbana e salubridade.

Na proposta do PGU de 1974, está patente uma valorização da zona histórica que tem em conta lineares de fachada como elementos imagéticos a preservar. No período pós-revolucionário, o património urbano é tido em conta, em especial pelo seu potencial turístico, sendo que, com o PGU de 1984-91, é expressa a intenção de criar Planos de Pormenor que possam catalisar uma atuação mais objetiva para a zona histórica. No entanto, em todos os casos anteriores, a noção de centralidade exclui esta área, sendo o centro definido em função dos serviços e equipamentos, com um privilégio do policentrismo. Existem, nesta época, somente intervenções isoladas de regeneração urbana, desprovidas de visão estratégica.

Com efeito, é apenas a partir de 1996, com o PECCB, que o centro histórico passa a estar associado ao centro cívico, cuja imagem se pretende renovar através de projetos emblemáticos. Estamos, por isso, perante uma imagem de Centro Cívico que associa os vetores funcional, social e histórico, que seria preconizada pelos Planos e intervenções que se lhe seguiram: Castelo Branco 2020, Polis e Polis XXI. No modelo mais recente (Castelo Branco 2030), as centralidades de bairro associam-se e interligam-se com o centro, garantindo-se uma maior coesão urbana e pondo-se de parte uma visão segmentada da cidade.

A programação urbana, principalmente a nível da cultura, ganhou atualmente protagonismo, tirando-se partido dos equipamentos criados no espaço central da cidade com as últimas ações de regeneração. A promoção de uma base económica associada à criatividade e à cooperação transfronteiriça constitui um gerador de atratividade neste espaço, com tendência a alastrar a outras zonas da cidade. A degradação e desocupação efetiva do edificado, bem como o envelhecimento e exclusão social dos moradores do centro histórico são problemas, ainda assim, persistentes.

Conclui-se então que, apesar de todos os esforços empreendidos ao longo de décadas a pensar, operacionalizar e reabilitar fisicamente a zona histórica e o Centro Cívico de Castelo Branco, a sua revitalização efetiva, principalmente a nível socioeconómico, se encontra ainda numa fase embrionária. Este processo está a desenrolar-se de forma gradual e contínua, sendo a análise das suas concretizações bastante complexa. É, por isso, urgente pensá-lo cada vez mais como parte integrante do processo de evolução da cidade, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento progressivo.

Apesar disso, é importante que este vetor não prevaleça completamente sobre a dimensão material, pois a regeneração urbana é uma questão multisectorial que exige uma filosofia de intervenção integrada. Com efeito, foram as concretizações materiais do passado recente que permitiram a atual dinamização imaterial, e esse processo permanece, também ele, em aberto.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, J.A. (1945a) *Anteplano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, Castelo Branco: Arquivo Municipal de Castelo Branco.

Aguiar, J.A. (1945b) *Memória descritiva do Anteplano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, (Online). Disponível em http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_planos_arquivo_historico_pesquisa_por_subregiao/

Barata Salgueiro, T. (1999) “Cidade pós-moderna. Espaço fragmentado”, II Congresso de Geografia Portuguesa, Setembro 1997, Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos. pp. 225-36.

Benevolo, L. (1995) “A Cidade na História da Europa”, *Construir a Europa 1*, 1a edição, Lisboa: Editorial Presença.

Cávem, M. (2007) *Centros históricos contemporâneos. Mudanças de perspectiva na gestão. Lisboa e Bruxelas*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia.

CEDRU (2015) Programa Estratégico - Castelo Branco 2030, Centro de Estudos de desenvolvimento Regional e Urbano, Castelo Branco: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Correia Brito, M., Lopes, F. (2004) *Património arquitectónico e arqueológico - cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa: Livros Horizonte.

Costa, M., Castro, L. (2001) Castelo de Castelo Branco (IPA.00002495), Ficha do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), IHRU (Online), Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2495.

DGEMN (1936) Projecto de reconstrução de uma torre templária em Castelo Branco.

DGOTDU (2005) Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território. Coleção Informação. Direcção de Estudos e Planeamento Estratégico. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território.

DGPUBI (1979) Ofício OF-0-02, da Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico da Beira Interior. Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco.

Domingues, Á. (2006) “Contexto social e política urbana”, in Domingues et al., *Cidade e Democracia*, Argumentum Edições, Lisboa, 2006.

Domingues, Á., Marques, T.S., Jorge, F., Fundação da Juventude et al. (eds.) (2006) *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa: Argumentum.

Fadigas, L. (2015) *Urbanismo e território: as políticas públicas*, Lisboa: Edições Sílabo.

Farinha da Silva, A. (1984) Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco.

Farinha da Silva, A. (1988) Processo de candidatura ao PRAUD. Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco.

Fernandes, M.G. (2013) “O centro histórico de Guimarães: formulações, desígnios, planos e substância”, *Monumentos*, 33, pp.20-37.

Ferreira, S.B. (2008) *O programa POLIS e a componente ambiental: três abordagens de integração*, Lisboa: 90° Editora.

Flores, J. (2003) Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos, in VIII Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico. (Online) Disponível em: https://www.academia.edu/799997/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilita%C3%A7%C3%A3o_de_Centros_Hist%C3%B3ricos_em_Portugal.

Freire Chico, F. (2008) *Boas práticas em Gestão de centros urbanos*, Projecto Gestor do Centro Urbano, promovido pela Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, Lisboa: Confederação de Comércio e Serviços de Portugal.

GETECNO (1981) *Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco.

GPA (1974) *Proposta de Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco.

Graham, S., Marvin, S. (2001) *Splintering urbanism*, Nova Iorque: Routledge.

GTL - CB (1992) Dossier de imprensa do Gabinete Técnico Local de Castelo Branco, Castelo Branco: Arquivo Municipal de Castelo Branco.

IFDR (2009) Polis XXI aprovado em Castelo Branco. (Online). Disponível em: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=22&eid=2187>.

Lôbo, M.S. (1995) *Planos de urbanização a época de Duarte Pacheco*, Série I-Ensaio 5. Porto: Faculdade Arquitectura da Universidade do Porto.

MAOT et al. (2000) *Viver Castelo Branco: programa Polis: Plano Estratégico*, Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Muñoz, F. (2008) *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*, GG mixta. Barcelona: Gili.

Neto, M.J., Soares, C.M. (2013) *Óbidos de «vila Museu» a «vila Cultural»*, Estudos de Gestão Integrada de Património Artístico. 1ª edição. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Neves, A.O. (1996) *Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco (Câmara Municipal de Castelo Branco)*, Castelo Branco: CCDRC - Divisão Sub-regional de Castelo Branco

Pinheiro, P., Brito, P. (2007) *POLIS XXI: candidatura conjunta na região* (Online), Disponível em: <http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/384>.

Portas, N. (1985) “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, *Sociedade e Território* (2), pp. 8-13.

Raposo, F. (2015) Entrevista a Fernando Raposo, vereador da cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Sebastião, A.S.C. (2010) *Planeamento Estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras*, Dissertação de Mestrado em Geografia - Gestão do Território e Urbanismo, Lisboa: Universidade de Lisboa.